



Interpelação Escrita

Dezassete anos após o Retorno de Macau, todos conseguem ver o nível de integridade do Governo da RAEM, nomeadamente, através do caso de corrupção de Ao Man Long e de um recente caso que se descobriu. Tendo em conta outros aspectos, a falta de transparência do Governo, as grandes derrapagens orçamentais das obras públicas e a inexistência de um mecanismo de responsabilização dos principais cargos do Governo levam-nos ao actual estado de Macau.

A *Transparency International* é uma organização internacional não-governamental que efectua trabalhos de fiscalização relacionados com a integridade. Esta organização dispõe de 70 agências dispersas por diferentes países e regiões (por exemplo, Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Malásia), com vista a combater, em conjunto com os governos, o problema da corrupção. A partir de 1995, a referida organização tem elaborado e divulgado os índices de integridade (*Corruption Perceptions Index*) dos países e regiões, com uma lista onde são comparados os níveis de integridade a nível internacional.

De acordo com o índice de integridade de 2016 (*Corruption Perceptions Index 2016*), divulgado pela referida organização, de entre 176 países e regiões, Singapura, por exemplo, ocupa o 7.º posto, Hong Kong, o 15.º posto, o Japão, o 20.º posto, Taiwan, o 31.º posto, a Coreia do Sul, o 113.º posto e o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Camboja, o 156.º de integridade, regiões essas que são vizinhas de Macau. Porém, como Macau não apresentou dados para a *Transparency International* avaliar, não ficou referido na lista (*Corruption Perceptions Index*).

É de salientar que, no índice de 2010, Singapura ocupava o 1.º posto de integridade, e há alguns anos o Governo da RAEM foi adquirir experiência sobre o funcionalismo público em Singapura, a fim de melhorar o nosso sistema e elevar o moral dos trabalhadores da administração pública, bem como a eficácia e a simplificação administrativas, e implementar procedimentos para a criação de um governo electrónico. De 2001 a 2011, Macau enviou funcionários públicos a Singapura para aprenderem e criou programas de formação dos funcionários públicos, contudo, nada mais se soube sobre este assunto, e os trabalhadores da função pública não percebem o porquê.

Nestes termos, interpelo o Governo, **solicitando que me sejam dadas respostas, de forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. No plano quinquenal de 2016, apresentado pelo Governo, este refere que vai promover Macau, para que seja uma cidade internacional. Muitos países e regiões de nível internacional apresentam dados à *Transparency International*, para que esta classifique o seu índice de integridade



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

(*Corruption Perceptions Index*) e a sua transparência. O Governo deve dispor de alguma medida ou planos para apresentar dados à referida organização não-governamental, para que esta possa avaliar Macau da próxima vez, com vista a internacionalizar-se e a divulgar a integridade do Governo de Macau. O Governo vai fazer isto?

2. Os funcionários públicos são os pilares do Governo, contudo, o Governo cancelou o regime de aposentação dos funcionários públicos, pois, para além dos magistrados, todos os outros funcionários passaram apenas a usufruir do direito ao regime de previdência; mais, o Governo também não tem construído casas para disponibilizar aos funcionários públicos, levando a que estes perdessem a confiança no Governo. O Governo vai implementar medidas eficazes, com a maior brevidade possível, com vista a recuperar a confiança e a elevar o moral dos funcionários públicos, e com isso diminuir os riscos de corrupção?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

José Pereira Coutinho

21 de Março de 2017